



**INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA E
SAUDE – AVANTE**

Demonstrações contábeis do exercício findo em
31 de dezembro de 2025

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Valores em reais)

ATIVO

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	13.164.347	6.464.548
Cientes	27.670.943	25.478.796
Adiantamentos	7.246.275	
Total do ativo circulante	48.081.565	31.943.344
Não circulante		
Imobilizado/imobilizações	2.818.235	1.840.570
Creditos contenciosos	12.752.092	19.650
Intagível	40	40
Total do ativo não circulante	15.570.367	1.860.260
Total do ativo	63.651.932	33.803.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Fornecedores	7.000.066	7.000.065
Obrigações sociais	26.978.262	17.468.085
Obrigações tributárias	0	3.172.364
Total do circulante	33.978.328	27.640.514
Não Circulante		
Imobilizado de convênios	1.240.817	1.240.817
Repasse de projetos a realizar	1.724.345	1.724.345
Recuperação de créditos contenciosos	12.752.092	
Total do não circulante	15.717.254	2.965.162
Patrimônio Líquido	13.956.349	3.197.927
Patrimônio social		
Resultados Acumulados	3.197.927	
Resultado do Exercício	10.758.422	3.197.927
Total do passivo e do patrimônio líquido	63.651.932	33.803.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
CONFORME DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 169 DA PORTARIA DE
CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, DE 2017
(Valores em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de doações	0	3.084
Subvenções	220.413.445	565.310.096
Receita bruta	220.413.445	565.313.180
Receitas / (Despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	50.695.092	131.272.823
Despesas administrativas	1.102.067	3.310.358
Despesas com Operações	157.770.209	427.452.804
Despesas financeiras	87.654	114.150
Total das Receitas / (Despesas) operacionais	209.655.023	562.150.135
(Déficit)/ Superávit antes do resultado financeiro líquido	10.758.422	3.163.045
Outras Receitas operacionais	0	34.882
Resultado do exercício	10.758.422	3.197.927

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31/12/2025
(Valores em reais)

CONSIDERANDO O CPC 26 E O CPC 03, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 169 DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, DE 2017, pois o reconhecimento e mensuração conforme CPC 27 e o CPC 03, sendo que os itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

	Patrimônio Social	Resultado acumulado	Total
Saldo 31 de dezembro de 2023			11.821.127
Superávit período	3.197.927	-	
Ajustes de exercícios anteriores			
Saldo 31 de dezembro de 2024			3.197.927
Superávit período	10.758.422	-	
Ajustes de exercícios anteriores		3.197.927	
Saldo 31 de dezembro de 2025			10.758.422

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2025
(Valores em reais)

Com base no PRONUNCIAMENTO CONTABIL CPC 03, sobre as atividades de Investimento a saber:

A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a **finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro**.

Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de investimento são:

- recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
- pagamentos em caixa para aquisição de instrumentos (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos de instituição financeira);
- recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou venda futura, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Atividades de Financiamento

A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de **exigências de fluxos futuros** de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade.

DFC - Método Direto em 31/12/2025	
Atividades Operacionais	
Recebimentos de Contratos	220.413.445
Repasses a receber LP	-860.696
Pagamentos a Fornecedores	-1.189.721
Pagamentos de Despesas operacionais	-157.770.209
Pagamentos de Despesas Adm	<u>-50.695.092</u>
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	9.897.726
Atividades de Investimento	
Compra de Imóveis	0
Aumento em Investimentos	0
Caixa Consumido nas Atividades de Investimento	0
Atividades de Financiamento	
Aumento de Capital	0
Pagamento de Dividendos	0
Pagamento de Convenios 2024	-3.197.927
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento	-3.197.927
Aumento das Disponibilidades	6.699.799
Caixa	
Saldo inicial	6.464.548
Saldo final	13.164.347
Variação no Caixa	6.699.799

APONTAMENTO ANALITICO DE RECEITAS

Conforme o O § 7º DO ART. 169 DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, de 2017.(Valores em reais)

ABERTURA DE VALORES DE RECEITAS POR CONVENIO EM 31/12/2025				
RELAÇÃO CONVENIOS EM 2025 - EXPRESSO EM REAIS		VALORES		
CONV.CASA BOLA DE GUDE	ASS	1.150.448,16	CONV. PREF MUN DE VOTORANTIM	SAU 3.500.000,00
CONV. CASA NOSSO LAR	ASS	1.150.448,16	CONV. CONS. ICISMEP	SAU 5.362.207,85
CONV.CASA TIA BRANCA	ASS	1.095.664,92	CONV - CIM POLINORTE	SAU 2.643.509,76
CONV.CASA TRAVESSIA	ASS	1.150.448,16	CONV. PREF MUNI DE MOGI MIRIM	ASS 535.978,28
CONV. CASA AZULELA	ASS	1.150.448,16	CONV. CASA LAR MORRO AGUDO	ASS 747.442,78
CONV. REPUBLICA	ASS	786.995,04	CONV. MUNIC. ALM TAMANDARE	ASS 4.652.314,25
CONV. SE LIGA	SAU	3.589.769,01	CONV. MUNIC. S. J. DE BOA VISTA	ASS 483.432,21
SAMU CIM NORTE	SAU	3.929.264,93	CONV. F. MUN. DE SAUDE PARACAMBI	SAU 61.588.243,81
SAMU POLO SUL	SAU	10.426.934,27	CONV. PREF. IRACEMAPÓLIS	ASS 720.000,00
SAMU POLINORTE	SAU	1.859.416,92	CONV. CENTRO UNIFAE	SAU 5.171.339,41
SAMU CIM NOROESTE	SAU	2.916.746,26	CONV. PREFEITURA DE BAURU	SAU 20.292.410,54
BARÃO DE COCAIS UBS	SAU	705.183,57	FUNDO MUNIC. ASSIS. SOCIAL	ASS 1.165.448,16
BARÃO DE COCAIS CEM	SAU	356.215,19	PREFEITURA MARICÁ	SAU 2.798.771,60
CONV PREF MUN DE SETE LAGOAS	ASS	29.806,58	MUNICIPIO DE ITAPEVI	ASS 707.939,07
CONV - FUNDO MUN MOGI MIRIM	ASS	736.298,06	CONV. SEJUSP ESPORTES	ASS 869.378,44
CONS. INTERM DE SAUDE E DE POLITICAS	SAU	17.980.260,72	PREFEITURA DE NAVEGANTES	ASS 180.000,00
CONV MOGI GUAÇU	ASS	1.236.099,60	GOVERNO DO EST DE PERNAMBUCO	ASS 2.449.413,57
CONV. SEMI SALVADOR	ASS	1.379.289,99	CONV.BAHIA SFI	ASS 1.006.497,64
CONV. SEMI ITABUNA	ASS	1.393.371,28	PROJETO JOVENS EM AÇÃO	ASS 584.579,10
CONV. RET. PROTEGIDO	ASS	398.694,56	FUNDO MUN DE SAUDE DE VITORIA	ASS 1.412.200,08
CONV. - UPA SOROCABA	SAU	41.079.001,08	SEC. DIR. HUMANOS – SEDH	ASS 645.020,41
CONVÊNIO - CHEGA AÍ	ASS	133.333,33	CONV. SANTANA DO PARAÍSO	ASS 216.452,76
CONV. - MOVIMENTA JUVENTUDE	ASS	115.345,96	CONV.FMAS	ASS 159.687,13
CONV F. MUN. MOGIN MIRIN	ASS	7.488.334,09	TOTAL RECEITAS	220.413.445,05
CONV.- PREFEITURA DE BOITUVA	ASS	283.360,20	* ASS = ASSISTENCIA SOCIAL	
			*SAU= SAUDE	

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundado em junho de 2000, o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saude - Avante Social, é uma associação civil sem fins lucrativos que desenvolve ações com o objetivo de promover e garantir o acesso aos direitos fundamentais e humanos. Em junho de 2015, o **AVANTE** foi qualificado como Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei 14.870/2003.

O **AVANTE** executa programas e convênios de políticas públicas em parceria com o Governos Federal, Estaduais e Municipais .

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Instituto está apresentando nesse momento o conjunto de suas demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e

conciliando o patrimônio líquido iniciado em 01/01/2025 em atendimento INCLUSIVE á INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE SP 001/2024 e conforme disposto no INCISO V DO ART. 169 DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, DE 2017.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 –Entidade sem finalidade de lucros, e também através da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Conforme definição da NBC TG 1000, Seção 30, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

A Associação adota o regime de competência para fins de registro de suas transações e considera o período de um ano para a segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante.

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

2.2.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço. A Administração do AVANTE optou por aplicações de perfil conservador, buscando reduzir riscos de perdas.

2.2.2. ATIVO IMOBILIZADO

a) DEPRECIAÇÃO E PROVISÕES PARA IMOBILIZADOS

Considerando o pronunciamento contábil CPC 27 e em cumprimento ao DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 169 DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, DE 2017, pois o reconhecimento e mensuração conforme CPC 27, sendo que os itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

No caso da entidade as aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado descritas como IMOBILIZAÇÕES e respectivos valores correspondentes às aquisições transferidos em contrapartida para o passivo não circulante, e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

DEPRECIAÇÃO: a depreciação não é contabilizada, pelo fato de que o efeito econômico do uso é gerado para o órgão público e não para entidade.

PROVISÃO: a provisão não é contabilizada, pelo fato de que o efeito econômico do uso é gerado para o órgão público e não para entidade.

Bem como a se afirmar que a entidade não dispõe até a presente data de NENHUM BEM a ser tratado como IMOBILIZADO para seu uso e realização de suas atividades.

Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme duração do contrato firmado, não gerando assim **NENHUM RESULTADO ECONOMICO** nas escritas da entidade, pelo simples fato de não se tratar de itens de propriedade da mesma.

b) Intangível (quando aplicável):

Reconhecimento, mensuração e amortização: o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis): um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão seguinte principio da relevância .

IMOBILIZAÇÕES DE TERCEIROS

A discriminação e a mensuração das contas de imobilizações são assim demonstradas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Moveis e Utensílios	1.720.481	821.319
Equipamentos de informática	234.313	213.316
Veículos	562.799	562.799
Maquinas /equipamentos	300.642	243.136
Total do imobilizado de convênios	2.818.235	1.840.570

IMOBILIZADO SEDE.

A discriminação e a movimentação das contas do ativo imobilizado sede, são assim demonstradas:

Descrição	Software	Total
Custos		
31/12/2024	18.000	18.000
31/12/2025	18.000	18.000

2.2.3. CREDITOS CONTECIOSOS

SÃO CRÉDITOS CONTENTIOSOS RECONHECIDOS A VALOR JUSTO REF. A PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS A RECEBER, CALCULADOS CONFORME A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

A)PROCESSO REGISTRO NUMERO 1452713, REFERENTE A CONFISSÃO DE DIVIDA DA EMPRESA MD COMERCIO VAREJISTA LTDA, CNPJ : 52.166.557/0001-09 , BEM COMO SEU TITULAR , DANIEL LUIZ DE ARAUJO CORREA, CPF: 036.189.486-46 , NO MONTANTE DE R\$6.918.599,86

B)PROCESSO JUDICIAL DE REPACTUAÇÃO CONTRATUAL , CLIENTE CONSORCIO PUBLICO DA REGIAO NOROESTE CIM NOROESTE, CNPJ : 022.367210/0001-20, NO MONTANTE DE R\$5.833.492,52.

2.2.4. RECONHECIMENTO PASSIVO

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS

As receitas são reconhecidas quando da efetiva execução dos projetos na prestação de serviços. O custo da prestação de serviço é registrado no mesmo período em que elas são reconhecidas.

As despesas são registradas no período no qual são originadas.

**PROVISÕES PARA OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
Conforme O DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 169 DA PORTARIA DE
CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, DE 2017.**

As obrigações trabalhistas são compostas substancialmente por salários a pagar e provisões de encargos trabalhistas, calculados conforme a legislação aplicável.

Os seguintes termos são usados no Pronunciamento Contábil CPC 25 com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei. Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:
 - (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
 - (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

3.1 DOAÇÕES E RECEITAS EVENTUAIS

Na linha de doações a entidade apresenta as receitas oriundas de doações pontuais angariadas durante o ano exercício destinadas para projetos da Área de saúde, os recursos oriundos das doações foram destinados ao desenvolvimento de programas de saúde básica realizados no Programa da Upa Mateus Leme-MG.

Na linha descrita na DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS como RECEITAS EVENTUAIS são apontados os valores de saldos de aplicações financeiras resultantes de saldos remanescentes de projetos geridos pela entidade no ano exercício corrente.

3.2 ISENÇÃO PREVIDENCIARIA

A entidade é isenta de contribuições para seguridade social com base na Lei 8212/1991, nesse sentido demonstramos as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS PATRONAL.

4 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO POR AREA DE ATUAÇÃO CONFORME DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 169 DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 1, DE 2017 (Valores em reais)

	31/12/2025	31/12/2025
	SAUDE	ASSISTENCIAL
Receita bruta	184.199.275	36.214.170
Receita bruta	184.199.275	36.214.170
Receitas / (Despesas) operacionais		
Despesas com pessoal e reflexos	27.882.301	22.812.792
Despesas administrativas	661.240	440.827
Despesas com OPERAÇÕES	151.459.698	6.310.511
Despesas da isenção usufruída*	- 5.548.578	- 4.539.746
(+)ISENÇÃO usufruída*	5.548.578	4.539.745
Despesas financeiras	87.654	-
Total das Receitas / (Despesas) operacionais	180.090.893	29.564.130
(Déficit)/ Superávit antes do resultado financeiro líquido	4.108.382	6.650.040
Resultado do exercício	4.108.382	6.650.040

*ISENÇÃO PREVIDENCIARIA

A entidade é isenta de contribuições para seguridade social com base na Lei 8212/1991, nesse sentido demonstramos as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS PATRONAL.

4.1 ISENÇÃO PREVIDENCIARIA

A entidade é isenta de contribuições para seguridade social com base na Lei 8212/1991, nesse sentido demonstramos as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS PATRONAL.

5 - AÇÕES VOLTADAS PARA AREA DE SAUDE

a) Serviços próprios de promoção da saúde, sem qualquer exigência de contraprestação por parte dos usuários, em consonância com a Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS, no ano de 2025, no município de Santana do Riacho/Minas Gerais.

A saber:

Assistência médica especializada em ortopedia, tratamento ocular e tratamento dermatológico, para os membros da comunidade atendida pelo projeto.

Objetos :

a) acompanhamento das condições ortopédicas, como fraturas, lesões esportivas, artrite e problemas da coluna vertebral, garantindo assim o bem-estar e a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, ela desempenhou um papel fundamental na promoção da saúde, fornecendo orientações preventivas, para prevenir o agravamento de condições existentes.

b) diagnóstico e tratamento de doenças ocular, como realização de exames clínicos, prescrição de óculos, lentes de contatos e medicamentos, além de realizar cirurgias de correção refracional (como miopia) e doenças como catarata e glaucoma, garantindo assim o bem-estar e a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, ele desempenhou um papel fundamental na promoção da saúde, fornecendo orientações preventivas, para prevenir o agravamento de condições existentes.

c) diagnóstico e tratamento de dermatológicas, como acne, eczema, psoríase e outras doenças de pele, garantindo assim o bem-estar e a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, ele desempenhou um papel fundamental na promoção da saúde, fornecendo orientações preventivas, para prevenir o agravamento de condições existentes.

6. COBERTURA DE SEGUROS

A apólice de seguro em nome do Instituto abrange basicamente o seguro de veículos e seguro de responsabilidade civil

O AVANTE SOCIAL mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

INSTITUTO JURIDICO PARA EFETIVACAO DA CIDADANIA E SAUDE
CNPJ:03.893.350/0001-12

EDELBERTO ELDER DE AVELAR
Contador – CRC-MG.086566-O-7